

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

Apoio por Progressividade Tributária com Alíquotas Baixas no Topo: um estudo experimental sobre preferências dos eleitores brasileiros

Eduardo Lazzari, Marta Arretche

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.14060>

Submetido em: 2025-11-13

Postado em: 2025-11-18 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

Apoio por Progressividade Tributária com Alíquotas Baixas no Topo: um estudo experimental sobre preferências dos eleitores brasileiros

Eduardo Lazzari

Centro de Estudos da Metrópole, São Paulo, São Paulo, Brazil. ORCID <https://orcid.org/0000-0002-4515-3655>

Marta Arretche

Centro de Estudos da Metrópole, São Paulo, São Paulo, Brazil. ORCID <https://orcid.org/0000-0002-6537-6186>

Apoio por Progressividade Tributária com Alíquotas Baixas no Topo: um estudo experimental sobre preferências dos eleitores brasileiros

RESUMO

Este estudo examina as preferências dos eleitores brasileiros em relação à tributação progressiva, por meio de um experimento de *conjoint* com uma amostra nacionalmente representativa. Os resultados revelam três achados principais: (1) há um amplo consenso entre os eleitores a favor da isenção de impostos para indivíduos de baixa renda; (2) os brasileiros demonstram forte apoio a um sistema progressivo de imposto de renda, com alíquotas mais altas para os mais ricos; no entanto, (3) as alíquotas ideais aplicadas aos mais abastados se estabilizam em níveis relativamente baixos. A análise mostra que nenhum dos fatores discutidos na literatura — interesse próprio, aversão à desigualdade, conhecimento sobre política tributária e partidarismo — gera perfis distintos de preferência por progressividade, ante o amplo consenso em torno da progressividade na tributação sobre a renda no Brasil. Esses resultados têm implicações importantes para formuladores de políticas públicas que buscam desenhar sistemas tributários mais equitativos, politicamente viáveis e alinhados às preferências da população brasileira, considerando o apoio do eleitorado a um sistema tributário progressivo.

Palavras-chave: Política Tributária; Progressividade; Imposto de Renda; Experimento Conjoint; Brasil.

Support for Tax Progressivity with Low Top Rates: An Experimental Study on the Preferences of Brazilian Voters

ABSTRACT

This study examines the preferences of Brazilian voters regarding progressive taxation through a conjoint experiment with a nationally representative sample. The results reveal three main findings: (1) there is broad consensus among voters in favor of tax exemptions for low-income individuals; (2) Brazilians show strong support for a progressive income tax system, with higher rates for the wealthiest; however, (3) the ideal rates applied to the wealthiest stabilize at relatively low levels. The analysis shows that none of the factors discussed in the literature — self-interest, aversion to inequality, knowledge about tax policy, and partisanship — generate distinct profiles of preference for progressivity, given the broad consensus around a progressive structure in income taxation in Brazil based on the collected data. These results have important implications for public policies that aim to design tax systems that are more equitable, politically feasible, and aligned with the preferences of the Brazilian population, taking into account voter support for a progressive tax system for policymakers.

Keywords: Tax Policy; Progressivity; Income Tax; Conjoint Experiment; Brazil.

Introdução

Eleitores de países com altas taxas de desigualdade econômica apoiam políticas tributárias progressivas? Se sim, este apoio é resultado da preferência majoritária dos mais pobres e da rejeição da minoria de mais ricos, como prevê a teoria do eleitor mediano (Meltzer e Richard, 1981)? Muitos estudos empíricos não encontraram confirmação para o mecanismo explicativo formulado por esta teoria, quer na formação de preferências dos eleitores (Alesina e Angeletos, 2005; Cavaillé, 2023; Fong, 2001; Lupu e Pontusson, 2011; Kuziemko, 2015), quer nos resultados redistributivos (Acemoglu et al., 2015; Moene e Wallerstein, 2001).

Se a maximização dos interesses individuais não é suficiente para explicar preferências tributárias, que fatores afetam a formação destas atitudes? Explicações alternativas à do auto-interesse sugerem que percepções subjetivas sobre desigualdade (Bussolo et al., 2021, Choi, 2019; Gimpelson and Treisman, 2018; Heilbrun, 2025); informação sobre o sistema tributário (Bartels, 2005; Gemmel et al. 2004; Lupi et al., 2007), preferências partidárias (Bartels, 2008; Jaime-Castillo e Sáez-Lozano, 2014) e normas de justiça (Cavaillé, 2023; Fong, 2001; Funk, 2000; Scheve e Stasavage, 2016) podem ser melhores preditores das preferências em matéria tributária.

O Brasil é uma das democracias mais desiguais do mundo. O 1% mais rico concentrava 27,4% da renda total em 2019, ao passo que os 50% mais pobres obtinha apenas 7,4%; um dos níveis mais elevados registrados no mundo (Palomo et al., 2025: 33). Contrariando as expectativas da teoria do eleitor mediano, sob a democracia, a alíquota marginal máxima do Imposto de Renda da Pessoa Física caiu de 60% para 27,5% (Barreix et al., 2017: 13), ao passo que as isenções fiscais implicam que a alíquota efetiva deste imposto para o 1% mais rico seja inferior à do decil 90 (Gobetti, 2024). O Brasil é, portanto, um caso adequado para a análise das preferências tributárias e seus determinantes. Combina muito elevada desigualdade com democracia, bem como um sistema de tributação da renda pessoal, cujas alíquotas estatutárias são progressivas, mas que protege o topo da distribuição, ao inserir diversas despesas dedutíveis e regimes especiais que isentam rendimentos típicos desse grupo.

O conceito de progressividade tributária adotado no experimento implementado neste artigo não se limita ao aumento das alíquotas marginais sobre os mais ricos, como faz grande parte dos estudos sobre o tema. Analisa-se o ônus tributário ao longo da escala de distribuição de renda, conforme Ballard-Rosa, Martin e Scheve (2017), que mediram o apoio à tributação progressiva nos EUA com base em um experimento conjoint. Em outras palavras, nosso estudo

não discute apenas o nível da alíquota sobre os mais ricos, mas toda a estrutura de alíquotas incidente sobre a distribuição de renda, permitindo traçar inferências sobre a preferência quanto à progressividade do Imposto de Renda sobre Pessoa Física como um todo.

Além disso, nossa estratégia para examinar estas preferências assume, em conformidade com Cavaillé (2023), que, para captar os determinantes de preferências tributárias, é necessário distinguir “redistribuição de” de “redistribuição para”. A autora demonstra que a teoria do eleitor mediano assume que aqueles que são favoráveis à redistribuição são simultaneamente favoráveis a tributar os mais ricos e gastar com os mais pobres. Entretanto, estas duas dimensões da redistribuição são informadas por princípios distintos. Isto é, o suporte à tributação dos mais ricos é afetado pelo princípio da proporcionalidade, enquanto o apoio ao gasto com os mais pobres é informado pelo princípio da reciprocidade; logo, o apoio às duas distintas políticas não é necessariamente simultâneo. Esta premissa teórica tem implicações metodológicas. Ela requer que o exame das preferências com relação à tributação seja distinguido dos objetivos sociais aos quais a arrecadação se destina. Isto é, o apoio à tributação progressiva deve, necessariamente, ser investigado de maneira independente daquilo que se vislumbra, almeja ou se promete fazer com a receita arrecadada. Busso et al (2025) encontraram evidências nesta direção para a América Latina: elevado apoio à taxa progressiva combinado com limitado apoio à expansão do gasto social. Por isto, nosso estudo foca nas alíquotas ideais de imposto de renda da pessoa física, mas não indaga que destino estas receitas deveriam ter.

Inspirado em Ballard-Rosa, Martin e Scheve, nosso estudo adota um experimento conjoint como técnica de coleta de dados, de modo a contornar os limites que estudos observacionais apresentam na mensuração de temas com alta saliência política e deseabilidade social. Apresentamos aos respondentes dois planos tributários para que eles escolhessem seu preferido. Esses planos variavam aleatoriamente as alíquotas incidentes sobre seis grupos de renda que também variavam aleatoriamente. Deste modo, três pares de planos tributários eram criados aleatoriamente e escolhidos pelos respondentes¹. Na prática, cada entrevistado “votou” por um programa tributário.

Como conseguimos manipular a variação desses dois parâmetros essenciais da política tributária de maneira aleatória, torna-se possível isolar o efeito de cada mudança de atributo sobre a probabilidade de um eleitor optar por um plano em detrimento de outro. Em resumo,

¹ O conjunto possível de alíquotas e faixas de renda que orientavam o experimento é detalhado na seção de Metodologia.

além de nos distanciarmos de vieses de desejabilidade social ou da endogeneidade contida em dados observacionais, é possível traçar inferências causais a partir das escolhas dos respondentes, melhor refletindo sua preferência sobre a progressividade (ou não) na política tributária.

Nosso estudo demonstra que há apoio generalizado à tributação progressiva entre os brasileiros. Os eleitores apoiam uma estrutura de imposto de renda que possa aliviar a carga tributária dos mais pobres e aumentar a alíquota à medida que a renda cresce. No entanto, para os eleitores brasileiros, a progressividade tributária deve impor alíquotas relativamente baixas para os que ganham mais. Nossas evidências indicam que a isenção de tributação para os mais pobres e alíquotas em torno de 15% para os mais ricos reúne apoio majoritário no Brasil.

Entretanto, não encontramos evidências que confirmem a relevância dos determinantes identificados pela literatura na formação de preferências tributárias. Nosso estudo, testou a relevância de escolaridade, nível de informação, aversão à desigualdade e identificação partidária nestas atitudes. Não encontramos relação entre elas e as preferências declaradas por nossos entrevistados. Na verdade, não observamos nenhum tipo de polarização entre os eleitores brasileiros quanto à estrutura tributária preferida. Duas explicações são plausíveis para estes resultados. A primeira sugeriria um amplo consenso no eleitorado brasileiro quanto à progressividade do imposto de renda, fazendo com que nenhuma coorte específica esteja associada a preferências explicitamente distintas. A segunda, alternativamente, indicaria a necessidade de encontrar outros fatores explicativos, não listados pela literatura, que afetam a preferência por uma política tributária progressiva, ou eventualmente formais mais precisas de observá-las empiricamente.

O artigo está estruturado da seguinte forma: primeiro, revisamos a literatura e as hipóteses associadas às preferências tributárias. Em seguida, apresentamos nossa metodologia e, principalmente, discutimos o experimento conjoint. Os resultados mostram, em primeiro lugar, uma preferência espontânea pela progressividade entre os entrevistados. Em segundo lugar, os resultados revelam um consenso sobre a progressividade, embora com alíquotas mais baixas no topo da distribuição de renda. O artigo se encerra com a conclusão.

Revisão da Literatura e Hipóteses

O interesse próprio é a explicação mais influente na formação das atitudes em relação à tributação (Cavaillé, 2023; Durante et al., 2014). Segundo esta vertente, a maximização da renda individual tende a prevalecer sobre outras considerações, conforme supõe a teoria do eleitor mediano (Meltzer e Richard, 1981). A renda pessoal seria o principal preditor das

preferências tributárias. Bem-informados sobre sua posição relativa na escala da distribuição da renda, os mais pobres apoiariam a tributação progressiva por calcularem racionalmente que se beneficiariam da contribuição dos mais ricos. Os ricos, por sua vez, preferem alíquotas mais baixas, de modo a diminuir sua parcela de contribuição para o fisco e proteger sua renda líquida. Em uma sociedade desigual, a preferência por tributação progressiva derivaria do auto-interesse dos indivíduos de menor renda, que constituem a maior parte do eleitorado (Amable, 2009; Durante et al., 2014; Franko et al., 2013; Jaime-Castillo e Sáez-Lozano, 2014).

A hipótese derivada do auto-interesse associada à renda, implica que (i) ricos e pobres apresentem divergências nas alíquotas ideais de imposto de renda (Giles, 2009), dado que seria esperada (ii) uma associação negativa entre renda e as alíquotas ideais de imposto de renda. Eleitores de baixa renda apoiariam alíquotas elevadas para os mais ricos, especialmente em contextos de alta desigualdade.

Contrariando as expectativas da teoria do eleitor mediano, o fato é que há muitas evidências empíricas de que o aumento da desigualdade não se traduziu em mudanças no apoio à redistribuição. Em duas democracias com elevado crescimento da desigualdade de renda, Reino Unido e Estados Unidos, o suporte agregado à redistribuição diminuiu na primeira, ao passo que nos Estados Unidos as diferenças de opinião entre eleitores pobres e ricos com relação à redistribuição diminuíram, ao invés de aumentar (Cavaillé, 2023). Democracias com elevados níveis de desigualdade não produziram resultados mais redistributivos do que democracias menos desiguais (Acemoglu et al., 2015, Huber and Stephens, 2013).

Uma explicação alternativa, igualmente derivada do suposto do auto-interesse, atribui a preferência por alíquotas mais altas a choques negativos de renda e às consequentes perdas econômicas. A experiência de enfrentar uma adversidade econômica criaria disposições positivas em relação ao gasto social, mesmo em indivíduos ideologicamente conservadores (Margalit, 2013). A percepção do risco e a necessidade de segurança seriam o detonador de preferências por seguro e proteção social (Alt e Iversen, 2016; Iversen e Soskice, 2001). Neste caso, preferências progressivas não estariam diretamente associadas ao nível da renda, mas, sim, à exposição ao risco. Dado que é a percepção de insegurança que desencadeia preferências por proteção social, as atitudes positivas com relação à tributação progressiva diminuem à medida que a insegurança econômica desaparece (Margalit, 2013). A hipótese derivada da motivação auto-interessada associada à exposição ao risco autoriza esperar que as atitudes em relação à tributação variem (i) independentemente do nível de renda e (ii) estejam positivamente associadas à condição de desemprego.

A teoria do eleitor mediano tem suposições fortes acerca do nível de informação dos eleitores. Estes devem estar bem-informados sobre sua posição relativa na escala da distribuição da renda bem como acerca do estado geral da economia de modo a serem capazes de estabelecer a taxa de tributação ótima que não afetará a disposição a trabalhar por parte dos mais ricos. Percepções e preferências de cidadãos bem-informados podem diferir das apresentadas pelos eleitores menos informados (Lupi et al., 2007), embora essas diferenças possam ser menos claras em temas complexos (Bartels, 2005). Gemmel et al. (2004) examinaram as percepções de eleitores do Reino Unido e encontraram que suas preferências podem se distanciar do auto-interesse por efeito da desinformação. Assim, o suposto do efeito da informação sobre as preferências precisa ser examinado, em vez de ser tomado como uma premissa.

Ser bem-informado é, em alguns estudos empíricos, confundido com altos níveis de escolaridade. Na prática, as duas dimensões não caminham necessariamente juntas, já que informação e educação não são sinônimas. Nosso estudo permite testar separadamente estes dois fatores, pois coletamos informações sobre o nível de informação dos entrevistados sobre o sistema tributário brasileiro. Em particular, encontramos razoável variação no conhecimento sobre o nível de governo encarregado de coletar o imposto de renda, o que nos permite testar se existe (i) alguma associação entre nível de informação sobre o sistema tributário e preferências tributárias.

Uma explicação alternativa à da economia política, tal como formulada pela teoria do eleitor mediano, atribui aos partidos o papel de mobilizar as preferências dos eleitores, rejeitando a hipótese de que suas preferências derivam automaticamente de sua condição econômica objetiva (Huber e Stephens, 2013). Preferências partidárias seriam bons preditores das atitudes em relação à política tributária (Bartels, 2008; Jaime-Castillo e Sáez-Lozano, 2014). Nos EUA, eleitores republicanos seriam muito mais propensos que democratas a apoiar cortes de impostos (Bartels, 2005). Partidos produzem narrativas sobre redistribuição que afetam as percepções dos eleitores e mesmo a saliência de determinadas questões no debate público. Assim, mudanças nas preferências dos eleitores estariam associadas a mudanças nas plataformas dos partidos políticos (Cavallé, 2023).

A hipótese derivada dos determinantes partidários na formação das preferências por tributação autoriza esperar que eleitores que declaram voto ou simpatia por partidos com plataformas divergentes também apresentem preferências distintas. De modo geral, a literatura tem encontrado (i) preferência por tributação progressiva em eleitores de partidos de esquerda e (ii) oposição à tributação progressiva em eleitores de partidos de direita (Busso et al, 2025).

Por fim, existe uma explicação que aponta para o papel de princípios de justiça. Indivíduos fazem julgamentos sobre o mundo real com base em suas percepções sobre o que é justo ou não. Podem ajustar suas preferências com base no auto-interesse, mas normas e valores seriam determinantes das preferências tributárias (Cavaillé, 2023; Fong, 2001; Funk, 2000; Scheve e Stasavage, 2016). A crença de que, em uma sociedade, o esforço individual é recompensado pela renda e que todos recebem os frutos de seu esforço levaria à preferência por baixa taxaço, porque o funcionamento do mercado seria percebido como justo. Alternativamente, a percepço de que a sorte, o nascimento, as relaçoes pessoais e/ou a corrupço determinam o sucesso econômico explicaria a preferência por alta taxaço e redistribuiço (Alesina e Angeletos, 2005). Portanto, a percepço de que a desigualdade ou pobreza resultam de mecanismos alheios – e injustos – à decisào dos indivíduos favoreceria a açào do estado para corrigir estas distorçoes (Fong, 2001).

Ballard-Rosa et al. (2017) descobriram que indivíduos que se declaram avessos à desigualdade apoiam alíquotas ideais mais altas para os ricos do que a média de sua amostra; já aqueles que não são avessos tendem a apoiar alíquotas mais baixas. De toda forma, indivíduos avessos à desigualdade preferem alíquotas mais elevadas para os mais ricos do que o restante dos eleitores (Ballard-Rosa et al., 2017:9). Ackert et al. (2004) descobriram que indivíduos podem até sacrificar parte de seu próprio ganho para reduzir desigualdade econômica, desde que o tamanho deste sacrifício não seja muito grande.

A análise empírica da relevância das normas sociais requer grande cuidado, dada a diversidade de normas que diferentes autores argumentam ter influência na formação das preferências tributárias. Ballard-Rosa et al (2017) propõem que a aversão à desigualdade seja o fator mais relevante. Scheve e Stasavage (2016) listam diferentes percepçoes de justiça, tais como o de que os ricos devem pagar mais para compensar a sociedade por esforços que não fizeram em tempos de guerra, ou ainda a percepço de que os mais ricos têm meios para pagar mais, ou finalmente, a percepço de que todos os cidadãos devem ser tratados igualmente pelo Estado. Postulam que a igualdade horizontal seria o fator mais importante. Cavaillé (2023) sustenta que as normas que regem as preferências por tributaço (redistribuiço de) não são as mesmas que orientam as preferências por proteço social (redistribuiço para). A primeira seria afetada pelo princípio de proporcionalidade, que estabeleceria a justa recompensa pela contribuicao que cada indivíduo dá a sociedade. A segunda seria afetada pela adesào ao princípio da reciprocidade, que estabeleceria o direito a receber ajuda, desde que o comportamento “carona” não seja incentivado. Em estudo pioneiro, Alesina et al (2001) demonstraram que a “excepcionalidade americana”, associada a baixos níveis de

redistribuição, não seria explicada apenas pelas instituições, mas pela crença generalizada de que a maioria pobre e negra não seria merecedora de proteção. De todo modo, para efeitos de nosso estudo, trabalhamos com a hipótese de que a aversão à desigualdade favorece o apoio à tributação progressiva.

O quadro abaixo resume as expectativas de nosso estudo com relação à relevância de cada fator apontado pela literatura, bem como os atributos individuais que permitem testar empiricamente estas proposições. Da literatura discutida nesta seção, não construímos indicadores que permitam testar o impacto de percepções subjetivas sobre a desigualdade nas atitudes tributárias.

Quadro 1 - Fatores explicativos, hipóteses e indicadores

Fator determinante	Comportamento esperado	Atributos individuais
Auto-interesse derivado da posição na escala da distribuição de renda	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Associação negativa entre renda e preferência tributária ✓ Divergência de preferências tributárias entre ricos e pobres 	<ul style="list-style-type: none"> • Renda individual
Auto-interesse , derivado da exposição ao risco	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Renda não afeta a preferência tributária ✓ Associação positiva entre desemprego e preferência por tributação progressiva 	<ul style="list-style-type: none"> • Declarar ter renda “zero”
Informação	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Divergências de preferência tributária estão associadas a conhecimento do sistema tributário 	<ul style="list-style-type: none"> • Estar informado (ou não) que o governo federal é responsável por arrecadar o imposto de renda
Preferência partidária	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Divergências entre preferências tributárias estão associadas a divergências entre preferências partidárias 	<ul style="list-style-type: none"> • Declaração de voto ou simpatia por um dado partido
Normas de justiça	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Divergências entre preferências tributárias estão associadas a divergências de adesão a princípios normativos 	<ul style="list-style-type: none"> • Declaração de concordância com aversão à desigualdade

O Imposto de Renda da Pessoa Física no Brasil

No momento que realizamos nossa pesquisa, o IRPF no Brasil caracterizava-se por alíquotas nominais relativamente baixas e isenções relevantes. A renda do trabalho é tributada diretamente na fonte após deduções, utilizando alíquotas progressivas que variam de 0% até uma alíquota marginal máxima de 27,5%, conforme apresentado na tabela abaixo.

Quadro 2 - Alíquotas do Imposto de Renda (IRPF) - 2024

Faixa de Renda	Alíquota Marginal
Até R\$ 2.259,20	Zero
De R\$ 2.259,20 a R\$ 2.826,65	7,5%
De R\$ 2.826,65 a R\$ 3.751,05	15%
De R\$ 3.751,05 a R\$ 4.664,68	22,5%
Acima de R\$ 4.664,68	27,5

Diversas fontes de renda são integralmente isentas—sendo a mais importante os dividendos (Gobetti, 2024). Nesse aspecto, o Brasil é um dos poucos países no mundo, ao lado de algumas economias menores como Estônia e Cingapura, que isentam integralmente os dividendos no imposto de renda da pessoa física. Além disso, a possibilidade de dedução de gastos com educação e saúde favorecem a isenção tributária de setores de mais alta renda. Na prática, a alíquota efetiva daqueles que pagam IRPF no Brasil é sistematicamente inferior a 10%. Estas alíquotas são progressivas do 80º percentil ao 98º. A partir do 99º, estas alíquotas efetivas tornam-se paulatinamente regressivas (Palomo et al, 2025). Isto significa que o 1% mais rico no Brasil faz uma contribuição relativamente mais baixa do que os demais contribuintes.

Metodologia

Nosso estudo baseia-se em um experimento do tipo *conjoint* realizado com uma amostra representativa de 2.542 entrevistados em todo o Brasil. Além da coleta de indicadores demográficos típicos — como gênero, nível de escolaridade e faixa de renda —, construímos indicadores orientados teoricamente para observar os fatores que influenciam a preferência por progressividade.

A coleta da nossa amostra de 2024 foi realizada no mês de abril, por meio de entrevistas presenciais com o auxílio de tablets. As entrevistas foram distribuídas em estratos representativos das cinco macrorregiões do Brasil, com uma margem de erro total de 1,9% para o país. As cotas de sexo, idade, escolaridade e renda foram baseadas no Censo de 2010 e na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) de 2022.

Em uma das perguntas — que chamamos de “alíquota ideal espontânea” — os entrevistados deveriam escolher entre seis diferentes alíquotas (0%, 7,5%, 15%, 25%, 35% e 45%) a serem aplicadas sobre diferentes faixas de renda (rendimentos mensais de R\$ 1.500, R\$ 2.500, R\$ 4.000, R\$ 6.000, R\$ 10.000 e R\$ 15.000). A faixa de renda variava aleatoriamente entre os respondentes. A pergunta está apresentada abaixo:

*“Se só existissem essas alternativas, na sua opinião, **pessoas que ganham [R\$ X]**, por mês, deveriam ter **qual cobrança no imposto de renda?**”*

- (1) 0%
- (2) 7.5%
- (3) 15%
- (4) 25%
- (5) 35%
- (6) 45%”

As alíquotas propostas seguiram estrutura do imposto de renda no Brasil à época da realização da pesquisa, que variava entre 0% e 27,5%, com a adição de duas alíquotas mais elevadas. As faixas de renda utilizadas no estudo refletem a maior parte da base de incidência do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF). Apenas cerca de 10% dos indivíduos mais ricos da distribuição de renda declaram imposto de renda, pois seus rendimentos ultrapassam o limite de isenção (Medeiros et al., 2015). Além disso, os limites das faixas de renda para a tabela do IRPF de 2024 eram de R\$ 2.259, R\$ 2.826, R\$ 3.751 e R\$ 4.664 — valores que se aproximam dos grupos de renda apresentados acima.

Portanto, ainda que o estudo não inclua o 1% mais rico da distribuição de renda (com rendimentos significativamente maiores), a faixa de rendimentos considerada representa a parte numericamente mais relevante dos contribuintes no Brasil.

Além dos dados observacionais sobre alíquotas ideais, conduzimos também um experimento *conjoint* inspirado em Ballard-Rosa et al. (2017). Apresentamos aos entrevistados duas opções de planos tributários geradas aleatoriamente, solicitando que “votassem” em um deles. Os respondentes foram instruídos a escolher uma das opções mesmo que não gostassem

de nenhuma. Os planos variavam de acordo com as faixas de renda e respectivas alíquotas, reproduzindo os mesmos valores usados nas alíquotas ideais espontâneas.

A pergunta está apresentada abaixo:

“Nós apresentaremos algumas propostas de mudanças no imposto de renda. Sempre mostrando duas propostas diferentes para comparação. Para cada comparação, nós queremos saber qual das propostas você prefere. Você pode gostar das duas ou até de nenhuma, mas sempre precisará escolher aquela que você mais gosta.

Ao todo, serão 3 comparações. Todas as faixas de renda se referem a rendimentos individuais.

Qual dessas propostas você prefere que seja aprovada no Brasil?

- a. Pessoas que ganham até R\$ X por mês deveriam pagar Y%.*
- b. Pessoas que ganham até R\$ X por mês deveriam pagar Y%.”*

A tabela abaixo ilustra um dos modelos apresentado aos participantes, sob a forma de visualização no tablet. Vale dizer que a renda variava conforme os parâmetros descritos acima, enquanto as alíquotas (Y%) variavam entre 0%, 7,5%, 15%, 25%, 35% e 45%.

Tabela 1 - Exemplo do experimento conjoint

Variável	Plano A	Plano B
Faixa de Renda	R\$ 1.500	R\$ 15.000
Alíquota	15%	7,5%

Fonte: Survey Imagens da Federação (2024).

Este experimento foi repetido três vezes para cada respondente. Esse processo iterativo permitiu medir a probabilidade de cada eleitor escolher diferentes alíquotas de imposto, em comparação com a alternativa de isentar totalmente uma determinada faixa de renda. Por exemplo, buscamos calcular as chances de um eleitor preferir tributar alguém que ganha R\$ 6.000 com uma alíquota de 35% em vez de aplicar alíquota zero.

Como resultado, obtivemos dois tipos de informação sobre as preferências dos eleitores brasileiros em relação à tributação. O primeiro refere-se à estrutura tributária preferida, resultante da agregação de todas as escolhas espontâneas sobre as alíquotas ideais para cada faixa de renda. O segundo refere-se à probabilidade de apoio ou rejeição de alíquotas superiores a 0% aplicadas sobre diferentes faixas de renda.

Para testar a hipótese do interesse próprio, incluímos a informação sobre os rendimentos individuais dos entrevistados, a fim de observar se indivíduos mais pobres e mais ricos

apresentam preferências divergentes — e se existe a esperada associação negativa entre essa variável independente e as alíquotas escolhidas.

Para medir o papel do conhecimento sobre tributação, coletamos dados sobre o grau de familiaridade dos respondentes com o sistema tributário brasileiro — principalmente se sabiam qual esfera de governo é responsável por arrecadar cada um dos seis tributos mais importantes do país, conforme abaixo:

“Você saberia me dizer qual nível de governo, ou seja, a União, o estado, ou o município, cuida de cada um desses impostos?”

Tributo	União	Estados	Municípios	NS [ESP]
IR				
IPI				
ICMS				
IPVA				
ISS				
IPTU				

Fonte: Survey Imagens da Federação (2024).

Verificamos que 48,6% dos entrevistados reconheceram que o governo federal é responsável pela arrecadação do imposto de renda. Os resultados, portanto, nos forneceram razoável nível de variação na amostra, permitindo testar o impacto desta variável.

Para testar a hipótese partidária, incluímos uma pergunta sobre a afinidade com diversos partidos efetivos do sistema partidário brasileiro, na qual os entrevistados deveriam se posicionar em uma escala de 0 (definitivamente não gosta) a 10 (gosta muito), conforme abaixo:

“Agora gostaria de saber com mais detalhes o que O(A) SR(A) pensa sobre alguns partidos e de alguns políticos que vou mencionar. Por favor, diga-me o que o senhor pensa em uma escala de 0 a 10, sendo que zero significa que O(A) SR(A) NÃO gosta do partido de jeito nenhum e dez que O(A) SR(A) gosta muito.”

	Não gosta de jeito nenhum											Gosta Muito	NS	NR
PT	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	88	99	
Lula	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	88	99	
PSL	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	88	99	
Bolsonaro	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	88	99	
PMDB/ MDB	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	88	99	
PSDB	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	88	99	
PL	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	88	99	
DEM/ União Brasil	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	88	99	
PSOL	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	88	99	
PODEMOS	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	88	99	
PV	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	88	99	
PDT	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	88	99	
PSD	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	88	99	
PP	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	88	99	

Fonte: Survey Imagens da Federação (2024).

Dado que o Partido dos Trabalhadores era o partido incumbente no momento da realização da pesquisa, nosso indicador de identificação partidária, toma como referência a atitude em relação ao Partido dos Trabalhadores (PT). Aqueles que atribuíram nota 3 ou inferior ao PT foram considerados antipetistas.

Por fim, para observar o papel das normas de justiça, incluímos uma pergunta sobre concordância com a seguinte afirmação: “*os governos devem diminuir a diferença entre as pessoas muito ricas e as pessoas muito pobres*”.

Resultados

Conhecimentos sobre Tributação

Os resultados sobre o grau de conhecimento da população brasileira a respeito da estrutura tributária do país são instigantes. Em geral, os eleitores demonstram profundo

desconhecimento sobre as competências tributárias. O Brasil possui um sistema tributário centenário, baseado na separação das fontes de arrecadação entre os níveis de governo. De forma resumida, o governo federal é responsável pela arrecadação do imposto de renda desde o início do século XX.

Além disso, nossa coleta de dados ocorreu em meio a debates públicos bastante acalorados sobre uma emenda constitucional que acabou alterando significativamente a legislação e a arrecadação de tributos indiretos. A autoridade de cada nível de governo sobre esses impostos foi amplamente discutida. Apesar disso, constatamos que os brasileiros têm um conhecimento muito limitado sobre a estrutura tributária do país. Apenas 2% da amostra foi capaz de identificar corretamente qual nível de governo é responsável por cada um dos seis tributos avaliados na pesquisa.

Tabela 2 - Distribuição de Respostas sobre Competência Tributária

Imposto	União	Estados	Municípios	NS	Errado
IR	48,63	17,52	7,58	26,27	51,37
IPI	37,35	20,66	7,23	34,75	62,65
ICMS	27,48	33,05	7,92	31,55	66,95
IPVA	22,48	43,54	9,26	24,71	56,46
ISS	21,19	26,12	16,97	35,71	83,03
IPTU	9,61	18,14	51,19	21,05	48,81

Fonte: Survey Imagens da Federação (2024), elaboração dos autores.

Dado que a identificação do ente arrecadador representa um aspecto relativamente simples da política tributária, é razoável supor que outro conceito fundamental — a alíquota marginal — também não seja compreendido pelo eleitorado. Assim, ao serem questionados sobre as alíquotas ideais do imposto de renda, embora a legislação brasileira estabeleça apenas alíquotas marginais, podemos supor que os indivíduos estão, na verdade, refletindo sobre

alíquotas efetivas — ou seja, sobre quanto se cobraria de toda renda auferida pelos contribuintes. De qualquer modo, nossas inferências não se alteram se os entrevistados têm a alíquota marginal em mente quando responderam nossas perguntas.

Alíquota Efetiva Ideal “Espontânea”

Os eleitores brasileiros apoiam uma estrutura tributária progressiva. Nossos resultados são compatíveis com os resultados encontrados por Busso et al (2025), que encontraram apoio à taxação progressiva na América Latina e também no Brasil, além de Heilbrun (2025), que encontrou apoio à tributação dos muito ricos para o Brasil.

Entretanto, como nosso estudo levantou informações sobre as alíquotas preferenciais a serem aplicadas em toda a escala da distribuição de renda, fazendo perguntas com base em valores obtidos pelas diferenças faixas de renda, podemos afirmar que os eleitores brasileiros apoiam que alíquotas muito baixas (ou mesmo isenção) sejam aplicadas para os mais pobres e alíquotas mais altas para os mais ricos. De forma agregada, as alíquotas médias aumentam de forma monotônica à medida que a renda cresce. Nossos dados dão suporte à afirmação de que os eleitores apoiam tributação progressiva, quando informados sobre a renda dos contribuintes e as alíquotas a serem aplicadas.

No entanto, as alíquotas propostas para os mais ricos não são muito elevadas. Para indivíduos com rendimento mensal de R\$ 15.000, os eleitores adotariam uma alíquota média de 14,6%, abaixo da alíquota marginal legal de 27,5%. Em outras palavras, a progressividade se estabiliza em níveis relativamente baixos.

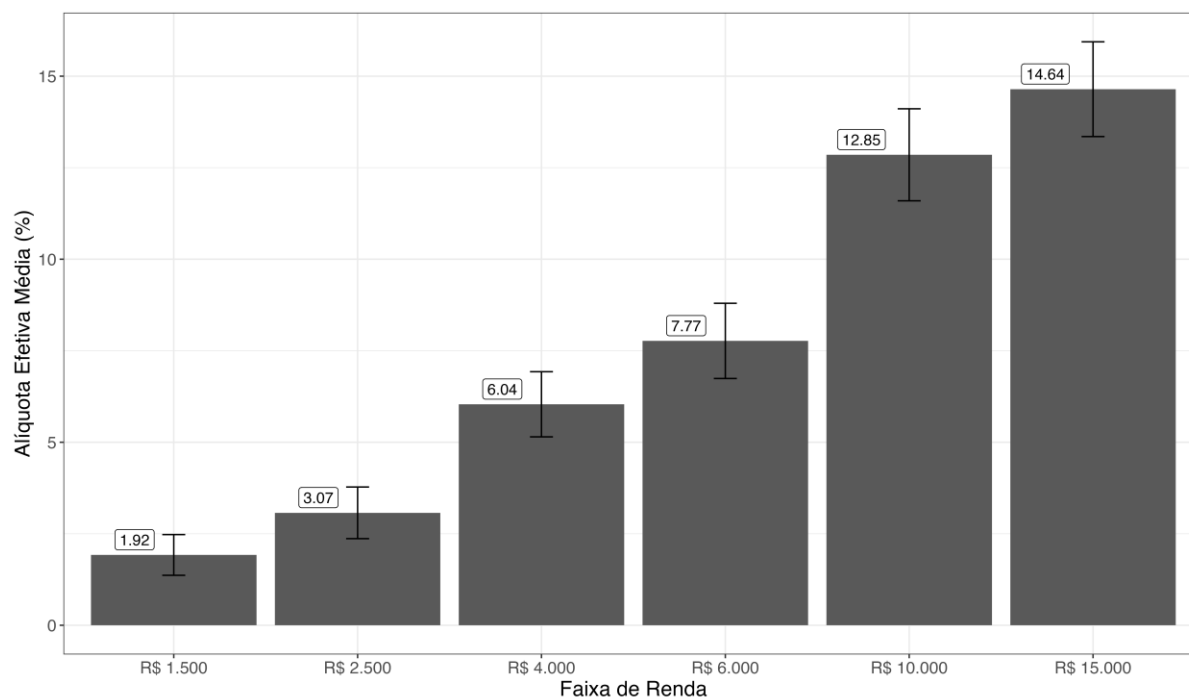
Se assumimos que os entrevistados estão se referindo a alíquotas efetivas, estas seriam superiores às alíquotas do sistema atual, posto que Palomo et al (2025) demonstraram que a alíquota efetiva média de todos os percentis no Brasil é inferior a 10%. Estas alíquotas também são bem mais baixas do que as alíquotas efetivas em países da OCDE, por exemplo (Hourani et al, 2023).

Se assumimos que os eleitores estão se referindo a alíquotas marginais, então, podemos supor que a preferência por tributação progressiva se estabiliza em níveis ainda mais baixos do que o status quo, dado que a alíquota marginal mais alta é de 27,5%. De toda forma, o fato é que a preferência aponta na direção de progressividade, dado que as alíquotas crescem de maneira monotônica ao longo da distribuição de renda.

A Figura 1 apresenta a alíquota média para diferentes grupos de renda, além de seus intervalos de confiança de 95%. Dada sua amplitude, parece haver um forte apoio entre os eleitores brasileiros por uma carga tributária significativamente menor para os mais pobres.

Este resultado é expressivo, já que a pesquisa contou com 2.542 respondentes e essa pergunta foi feita apenas uma vez, de forma aleatória, a cada entrevistado. Como resultado, cada faixa de renda conta com mais de 450 observações. Portanto, mesmo com um número menor de respostas por faixa, o desvio padrão é baixo para os grupos com menor renda (R\$ 1.500 e R\$ 2.500).

Figura 1 - Alíquotas médias ideais por faixas de renda



Fonte: Survey Imagens da Federação (2024), elaboração dos autores.

Há pouco conflito ou divergência em relação às alíquotas a serem aplicadas aos que possuem renda mais alta, como os que recebem R\$ 10.000 ou R\$ 15.000 por mês. A discordância em torno da alíquota (efetiva ou marginal) a ser aplicada sobre esses indivíduos mais ricos é pequena. Inclusive, uma alíquota de 15% seria amplamente aceita pela maioria dos entrevistados.

Devido ao número reduzido de observações por faixa de renda, nossos testes com regressões OLS sobre alíquotas ideais não apresentam um poder estatístico robusto². Entretanto, apenas a título de informação podemos afirmar que os indivíduos bem-informados sobre a responsabilidade federal pelo imposto de renda estão associados a uma alíquota mais baixa para rendimentos mensais de R\$ 1.500, em comparação com os desinformados. Além

² Estes resultados podem ser solicitados diretamente aos autores.

disto, indivíduos com maior escolaridade acreditam que os mais pobres devem pagar menos imposto de renda. Contudo, eles também apoiam alíquotas mais baixas para os mais ricos — o que indica que suas atitudes podem estar informadas pelo interesse próprio, já que provavelmente fazem parte das faixas de renda mais elevadas e são mais onerados. Embora sem significância estatística, estes resultados apontam na direção encontrada por Funk (2001), de uma combinação de auto-interesse e interesse coletivo na formação de preferências tributárias.

No estágio atual da pesquisa, não podemos afirmar com segurança se esse resultado é decorrente de limitações metodológicas — como a falta de poder estatístico em virtude do número limitado de casos por opção — ou se reflete um amplo consenso social em torno de uma estrutura progressiva que praticamente isenta os pobres e impõe alíquotas progressivas lineares de baixo valor para os mais ricos. Estudos futuros deverão investigar mais a fundo essa questão.

Experimento Conjoint

Nosso experimento conjoint permite medir a probabilidade de um entrevistado optar por tributar uma determinada faixa de renda em comparação com isentá-la da tributação. Por exemplo, conseguimos identificar a variação na probabilidade de os eleitores escolherem tributar quem ganha R\$ 1.500 por mês com cada uma das alíquotas hipotéticas do estudo (7,5%, 15%, 25%, 35% ou 45%) em relação à opção de isenção (0%).

A Figura 2 mostra que um plano que tributa indivíduos com rendimentos de R\$ 1.500 em 45% tem 56 pontos percentuais (pp) menos chance de ser escolhido do que um plano que os isente. Ou seja, tributar os pobres com uma alíquota de 45% é fortemente rejeitado. Com efeito, a Figura 2 revela um consenso de que os mais pobres devem ser isentos do imposto de renda. Para quem ganha R\$ 1.500 ou R\$ 2.500 por mês, os coeficientes obtidos em comparação com a opção de isenção são negativos, mesmo com uma alíquota (efetiva ou marginal) bastante baixa de 7,5%.

Portanto, considere um plano que proponha tributar em 7,5% quem ganha R\$ 1.500: este plano tem 19pp a menos de chance de ser escolhido do que aquele que mantém essa faixa isenta. Resultado semelhante aparece para rendas de R\$ 2.500. Ademais, essa rejeição aumenta conforme a alíquota proposta se eleva. A probabilidade de apoio a uma alíquota de 45% entre brasileiros cai em 56pp.

Rejeições semelhantes são observadas também no caso da tributação de rendas mensais de R\$ 4.000 ou R\$ 6.000. Por exemplo, tributar a faixa de R\$ 6.000 em 45% resulta em 51pp

a menos de chance de aprovação em relação à isenção; já aplicar essa mesma alíquota sobre quem ganha R\$ 4.000 reduz o apoio em 45pp. No entanto, aplicar alíquotas muito menores, como 7,5%, a essas faixas de renda gera níveis mais baixos de rejeição. Por exemplo, tributar em 7,5% quem ganha R\$ 4.000 implica apenas uma queda de 9pp na probabilidade de apoio – muito menor do que a rejeição gerada pela tributação dos mais pobres.

Como mostra a Figura 2, há apoio para uma estrutura tributária progressiva, desde que os mais pobres sejam isentos. As alíquotas podem aumentar à medida que a renda cresce, mas a aceitação depende de níveis moderados de tributação.

Ao observar as faixas superiores da distribuição de renda, também encontramos apoio à progressividade. A rejeição se torna muito menor quando se trata de tributar os mais ricos. No entanto, mesmo para os mais ricos de nossa amostra, alíquotas (efetivas ou marginais) elevadas, como 35% ou 45%, são rejeitadas. Por exemplo, tributar em 45% quem ganha R\$ 15.000 reduz o apoio em 33pp em comparação com isentá-los. No entanto, estatisticamente, não há diferença significativa entre tributar essa mesma faixa com 15% ou isentá-la.

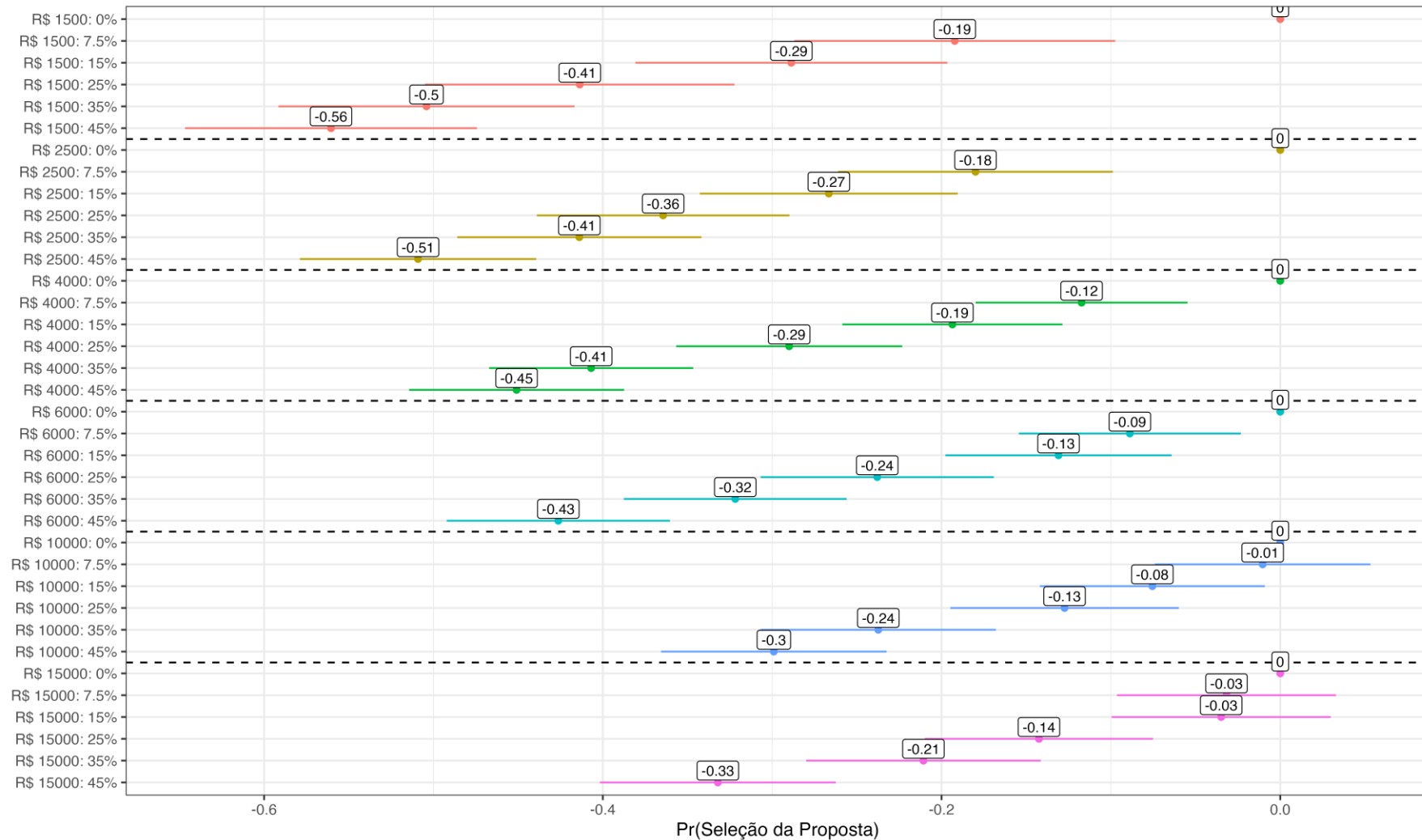
Esse resultado é consistente com os achados da análise observacional, sobretudo no que se refere ao apoio dos eleitores brasileiros a uma estrutura progressiva de imposto de renda. Entretanto, a progressividade conta com apoio apenas quando aplicada em níveis relativamente baixos para os mais ricos.

Esses resultados permanecem válidos independentemente da análise de cortes replicada neste experimento. Um consenso claro sobre isentar os mais pobres e aumentar as alíquotas à medida que a renda cresce — embora mantendo alíquotas baixas para os mais ricos — é uma constatação robusta, válida tanto na análise observacional quanto no experimento conjoint. Muito provavelmente, devido a esse amplo consenso sobre a estrutura progressiva, não encontramos confirmação do impacto dos “suspeitos usuais” indicados pela literatura como determinantes das preferências tributárias. Por exemplo:

- Indivíduos bem-informados sobre a responsabilidade da União pela arrecadação do imposto de renda não se comportam de forma estatisticamente distinta daqueles desinformados (Figura 3).
- Aqueles que ganham mais ou menos que dez salários mínimos mensais também não apresentam preferências tributárias significativamente diferentes (Figura 4).

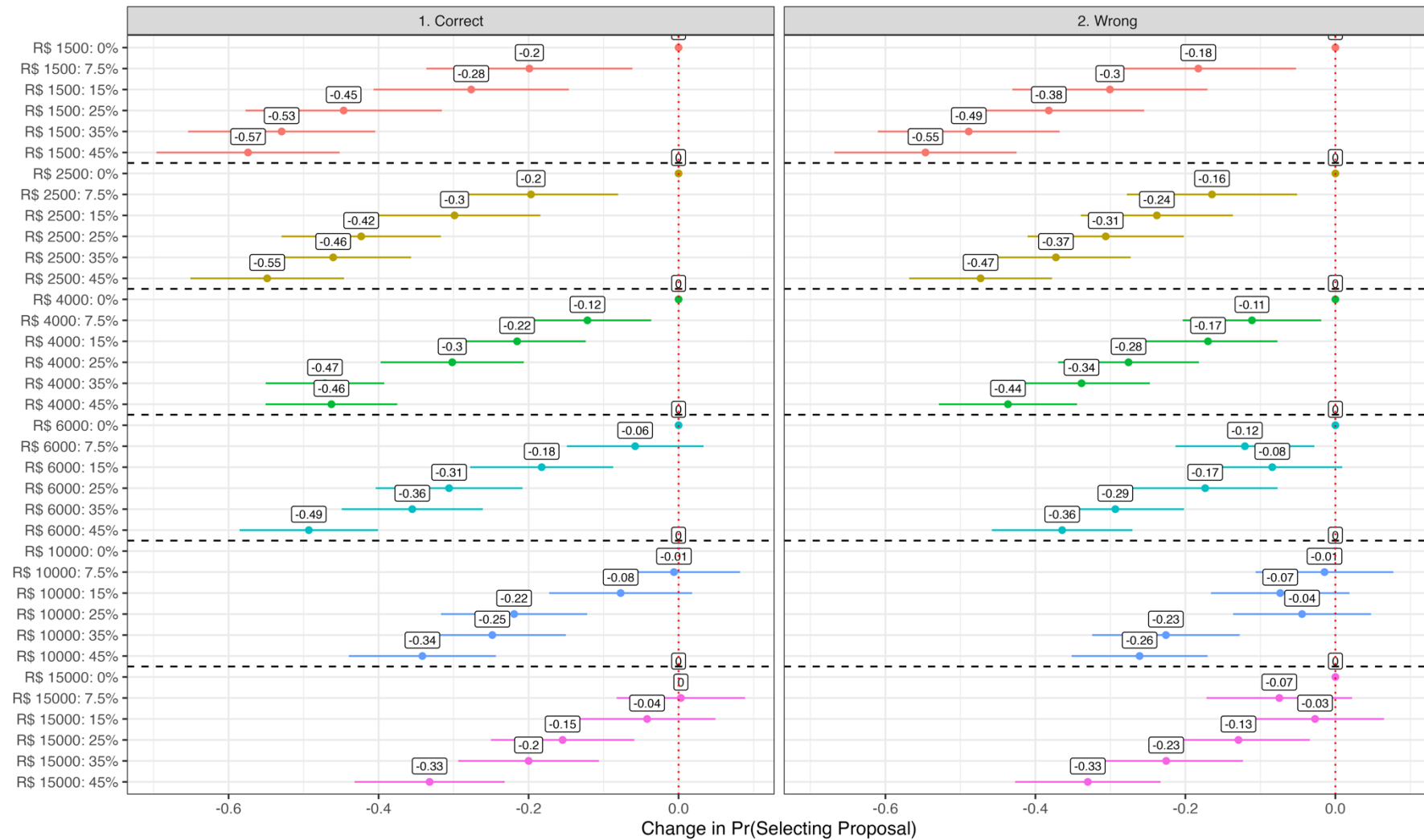
- Eleitores que se declararam contrários ao Partido dos Trabalhadores (PT) não demonstram atitudes distintas em relação à progressividade quando comparados aos petistas (Figura 5).
- Também não existe diferença na estrutura de preferências por uma política tributária progressiva entre eleitores avessos e não-avessos à desigualdade (Figura 6).

Figura 2 - Variação na probabilidade de os eleitores escolherem diferentes planos de imposto por faixa de renda



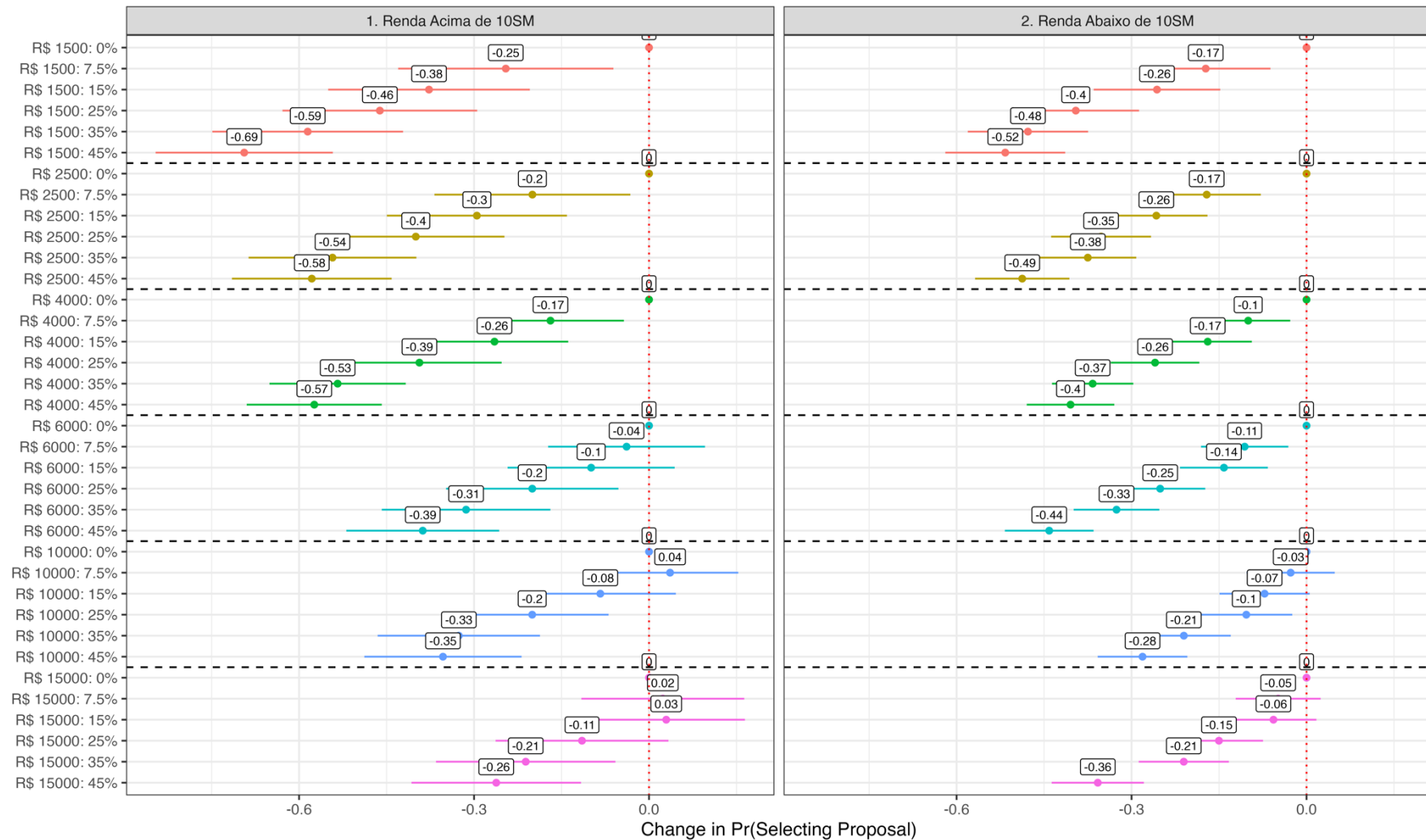
Fonte: Survey Imagens da Federação (2024), elaboração dos autores.

Figura 3 - Variação na probabilidade de escolha de planos de imposto por faixa de renda e conhecimento sobre a responsabilidade federal



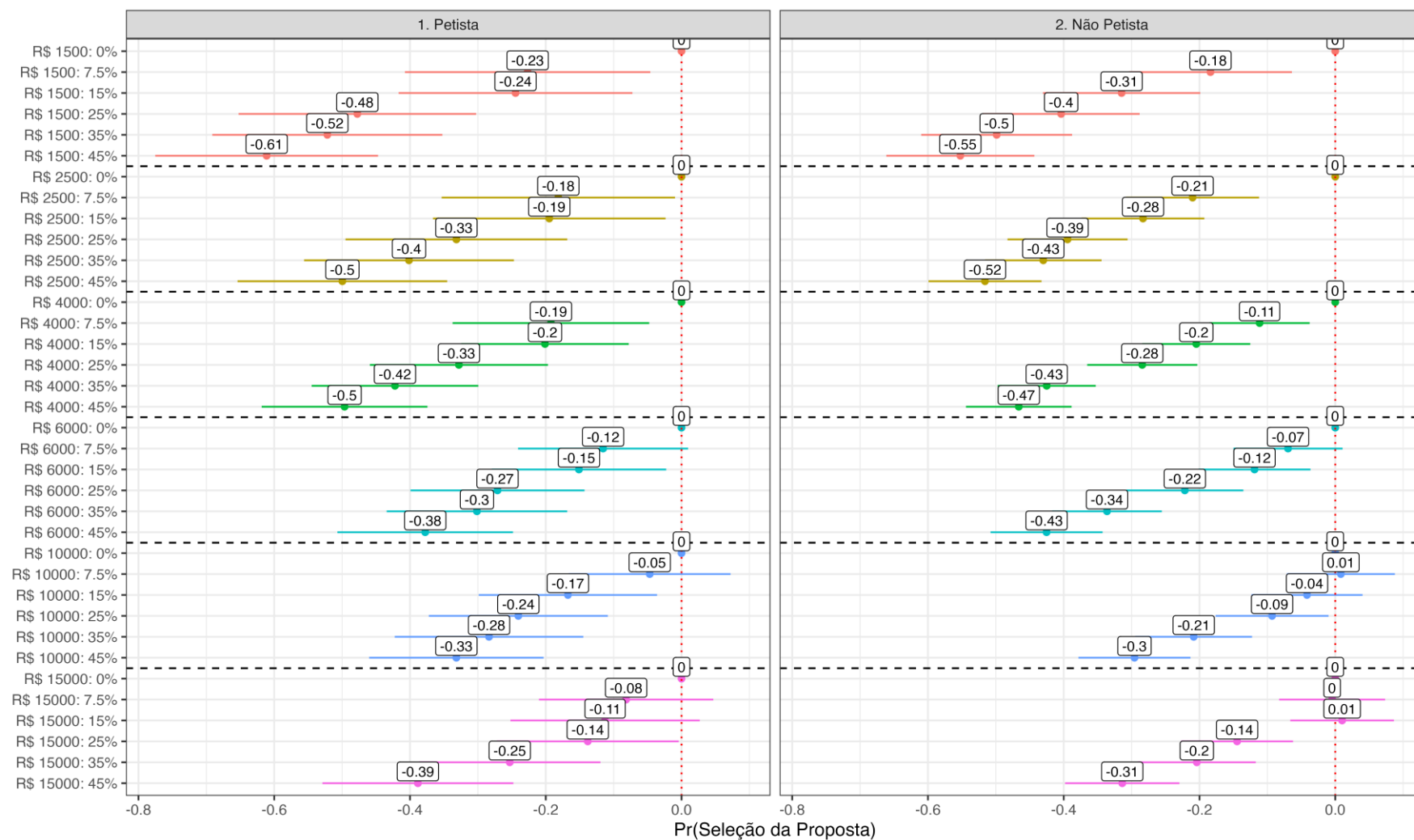
Fonte: Survey Imagens da Federação (2024), elaboração dos autores.

Figura 4 - Variação na probabilidade de escolha de planos de imposto por faixa de renda entre contribuintes com diferentes rendimentos



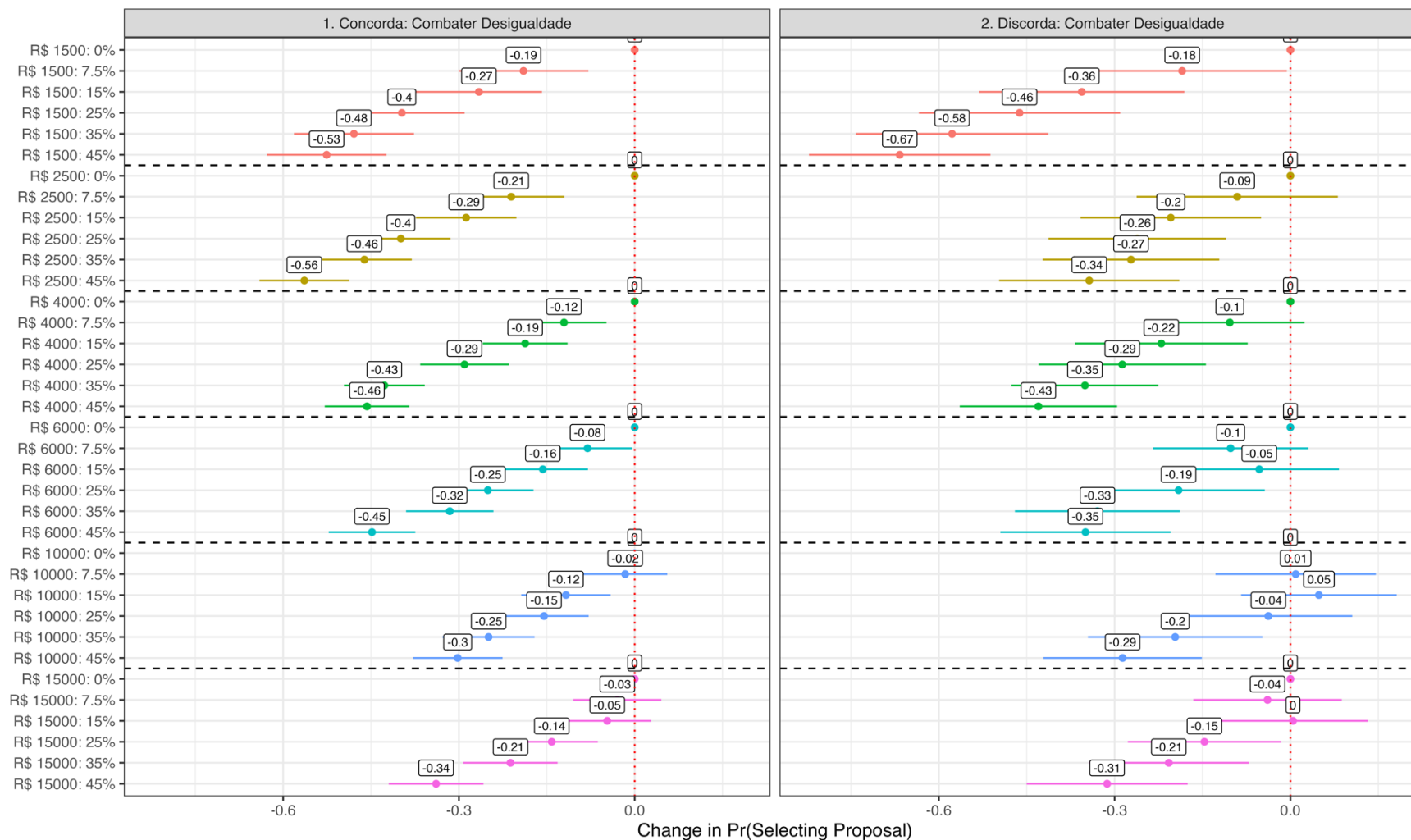
Fonte: Survey Imagens da Federação (2024), elaboração dos autores.

Figura 5 - Variação na probabilidade de escolha de planos de imposto por faixa de renda entre “Petistas” e “Não-Petistas”



Fonte: Survey Imagens da Federação (2024), elaboração dos autores.

Figura 6 - Variação na probabilidade de escolha de planos de imposto por faixa de renda entre avessos e não-avessos à desigualdade



Fonte: Survey Imagens da Federação (2024), elaboração dos autores.

Conclusões

Do melhor de nosso conhecimento, são muito recentes as pesquisas sobre as preferências e motivações dos eleitores brasileiros no que se refere à tributação. Além disso, acreditamos que este é o primeiro estudo a realizar uma análise experimental das preferências sobre tributação progressiva no Brasil. A literatura especializada, em linhas gerais, destaca fatores como o auto-interesse (Meltzer e Richard, 1981; Durante et al., 2014), a ideologia ou o partidarismo (Jaime-Castillo e Sáez-Lozano, 2014), aversão à desigualdade (Alt e Iversen, 2016) e o conhecimento sobre o sistema tributário (Gemmel et al., 2004) como condicionantes na formação dessas preferências. Entendemos que a principal contribuição do nosso estudo está na identificação da estrutura do imposto de renda que os eleitores brasileiros apoiariam, em especial no que se refere à progressividade tributária e aos valores envolvidos.

Além disso, nossa estratégia para examinar estas preferências assume, em conformidade com Cavaillé (2023), que, para captar os determinantes de preferências tributárias, é necessário distinguir “redistribuição de” de “redistribuição para”. Isto é, o suporte à tributação dos mais ricos é afetado pelo princípio da proporcionalidade, enquanto o apoio ao gasto com os mais pobres é informado pelo princípio da reciprocidade; logo, o apoio às duas distintas políticas não é necessariamente simultâneo. Esta premissa teórica tem implicações metodológicas. Ela requer que o exame das preferências com relação à tributação seja distinguido dos objetivos sociais aos quais a arrecadação se destina. Isto é, o apoio à tributação progressiva deve, necessariamente, ser investigado de maneira independente daquilo que se vislumbra, almeja ou se promete fazer com a receita arrecadada.

Acreditamos que nosso experimento pode contribuir para avaliar o apoio popular a essas propostas. Realizamos uma pesquisa com amostra representativa de 2.542 entrevistados para aferir o grau de conhecimento sobre o sistema tributário, a estrutura tributária preferida e, particularmente, o apoio à progressividade.

Nosso experimento *conjoint* revela um amplo consenso em favor da isenção dos mais pobres e da aplicação de alíquotas mais elevadas conforme a renda aumenta. Portanto, identificamos apoio a uma estrutura de imposto de renda progressiva, ainda que com alíquotas relativamente baixas para os mais ricos.

Qualquer forma de tributação sobre rendas de até R\$ 4.000 por mês é amplamente rejeitada pelo eleitorado. O consenso sobre a isenção das faixas de baixa renda cede lugar a uma leve discordância nas faixas mais altas. Alíquotas elevadas de 35% ou 45% são rejeitadas

quando aplicadas às faixas superiores da distribuição (rendimentos mensais de R\$ 10.000 e R\$ 15.000). Contudo, uma alíquota de 15% sobre esses mesmos rendimentos não é estatisticamente diferente de uma alíquota de 0% em termos de rejeição. Em outras palavras, há uma clara preferência por uma estrutura tributária progressiva, isentando os mais pobres, aumentando progressivamente a incidência tributária ao longo da distribuição de renda, estabilizando-se em torno de 15% para estratos superiores de renda.

No momento que concluímos a redação deste artigo, a Câmara dos Deputados aprovou uma proposta de reforma tributária do imposto de renda da pessoa física, apresentada pelo presidente Lula em dezembro de 2024, que propôs a isenção do imposto de renda para quem ganha até R\$ 5.000 por mês, além de tributar aqueles com renda mensal de R\$ 50.000 a uma alíquota efetiva de 10%. Esta proposta legislativa foi aprovada por unanimidade. Embora elementos do contexto ajudem a explicar este comportamento parlamentar, acreditamos que sua aceitação pela opinião pública certamente tenha afetado o resultado, ante os resultados apresentados neste artigo.

Ainda segundo os resultados da pesquisa, os brasileiros têm pouco conhecimento sobre qual nível de governo arrecada cada tributo. Apenas um terço dos eleitores sabe qual ente federativo é responsável por um dos três principais tributos indiretos do país: o imposto federal sobre produtos industrializados (IPI), o imposto estadual sobre a circulação de mercadorias e serviços (ICMS), e o imposto municipal sobre serviços (ISS). Os tributos diretos são um pouco mais conhecidos: o imposto estadual sobre veículos (IPVA) é reconhecido por 4 em cada 10 eleitores; já o imposto municipal sobre propriedade urbana (IPTU) e o imposto federal sobre a renda (IR) são corretamente atribuídos por metade da população. O conhecimento abrangente sobre o sistema tributário, contudo, é ainda mais raro. Portanto, mesmo sendo um aspecto relativamente simples da política fiscal, essa medida de conhecimento pode se mostrar útil como indicador geral da compreensão dos brasileiros sobre o sistema tributário.

Estudos futuros devem investigar com maior profundidade o nível de conhecimento dos eleitores sobre a distinção entre alíquotas efetivas e marginais, além de determinar a partir de que patamar os indivíduos estariam dispostos a aceitar alíquotas significativamente elevadas sobre os mais ricos – se esse nível existir. Independentemente disso, é inequívoco o apoio à tributação progressiva no país. Qualquer proposta de reforma futura deve levar esse fato em consideração.

Referências

- Acemoglu, D.; Naidu, S.; Restrepo, P.; Robinson, J. (2015). "Democracy, Redistribution, and Inequality". Atkinson, A. B. and Bourguignon, F. (2015). *Handbook of Income Distribution*. Kidlington: Elsevier. Pp. 1885-1966.
- Ackert, Lucy F.; Martinez-Vazquez, Jorge, and Rider, Mark (2004). "Tax Policy Design in the Presence of Social Preferences: Some Experimental Evidence", Working Paper Series, no. 2004-33. The Federal Reserve Bank of Atlanta.
- Alesina, Alberto F.; Glaeser, Edward L; Sacerdote, Bruce (2001). *Why doesn't the US have a European-style welfare system?*, NBER, mimeo.
- Alesina, Alberto and La Ferrara, Eliana (2005). "Preferences for redistribution in the land of opportunities". *Journal of Public Economics*, Volume 89, Issues 5–6, Pages 897-931.
- Alesina, Alberto, and Angeletos, George-Marios (2005). "Fairness and redistribution." *American economic review*, 95.4: 960-980.
- Alt, J., and Iversen, T. (2016). "Inequality, Labor Market Segmentation, and Preferences for Redistribution." *American Journal of Political Science*, 61(1), 21–36.
- Amable, Bruno. (2009) "Structural reforms in Europe and the (in) coherence of institutions." *Oxford Review of Economic Policy*, 25.1: 17-39.
- Ballard-Rosa, Cameron, Lucy Martin, and Kenneth Scheve (2017). "The structure of American income tax policy preferences." *The Journal of Politics* 79.1: 1-16.
- Bartels, Larry (2005). "Homer Gets a Tax Cut: Inequality and Public Policy in the American Mind." *Perspectives on Politics*, 3.1, March 2005, pp. 15-31.
- Bartels, L. M. (2008.) *Unequal Democracy: The Political Economy of the New Gilded Age*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Barreix, A.; Benitez, J. C.; Pecho, M. (2017). Revisiting personal income tax in Latin America: Evolution and impact. [*OECD development centre Working Paper no. 338*]. OECD.
- Busso, M.; Ibañez, A. M.; Messina, J.; Quigua, J. (2025). "Preferences for redistribution in Latin America", *Oxford Open Economics*, 2025, 4, i534–i545
- Bussolo, M.; Ferrer-i-Carbonell, A.; Giolbas, A.; Torre, I. (2021). I perceive therefore I demand: the formation of inequality perceptions and demand for redistribution, *Review of Income and Wealth*, 67(4), 835–871.
- Cavaillé, Charlotte, and Kris-Stella Trump (2015). "The two facets of social policy preferences." *The Journal of Politics* 77.1: 146-160.
- Cavaillé, Charlotte (2023). *Fair enough? support for redistribution in the age of inequality*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Choi, G. (2019). Revisiting the redistribution hypothesis with perceived inequality and redistributive preferences, *European Journal of Political Economy*, 58, 220–244.
- Downs, Anthony (1957). *An Economic Theory of Democracy*. New York: Harper and Row.
- Durante, R., Putterman, L. and van der Weele, J. (2014). "Preferences for Redistribution and Perception of Fairness: an experimental study". *Journal of the European Economic Association*, 12: 1059-1086.
- Fairfield, Tasha and Garay, Candelaria (2017). "Redistribution under the Right in Latin America: Electoral Competition and Organized Actors in Policy Making." *Comparative Political Studies*. Volume 50 (14): 1871–1906.
- Franco, W., Tolbert, C. J., & Witko, C. (2013). Inequality, Self-Interest, and Public Support for "Robin Hood" Tax Policies. *Political Research Quarterly*, 66(4), 923-937. <https://doi.org/10.1177/1065912913485441>
- Fong, Christina. (2001). "Social preferences, self-interest, and the demand for redistribution." *Journal of Public economics*, 82.2: 225-246.
- Funk, C. L. (2000). The Dual Influence of Self-Interest and Societal Interest in Public Opinion. *Political Research Quarterly*, 53(1), 37-62.

- Gemmell, Norman; Morrissey, Oliver; Pinar, Abuzer (2004). "Tax Perceptions and Preferences over Tax Structure in the United Kingdom." *The Economic Journal*, no. 114, pp. 117-38.
- Gilens, Martin (2009). "Preference Gaps and Inequality in Representation." *PS: Political Science and Politics* 42 (2): 335-41.
- Gimpelson, V. and Treisman, D. (2018). Misperceiving inequality, *Economics & Politics*, 30(1), 27-54.
- Gobetti, Sérgio Wulff (2024). "Progressividade tributária: diagnóstico para uma proposta de reforma". Carta de Conjuntura, n. 65, Nota de Conjuntura 8, 4º trimestre de 2024. Brasília: IPEA, 2024.
- Hacker, Jacob S. and Pierson, Paul (2010). "Winner-Take-all Politics: Public Policy, Political Organization, and the Precipitous Rise of Top Incomes in the United States." *Politics & Society*, 38 (2): 152-204.
- Heilbrun, Guy (2025). "Perceived Inequality as an impediment to Massa Taxation: evidence from Latin America", *Comparative Political Studies*, vol 0 (0): 1-40.
- Hourani, Diana; Millar-Powell, Bethany; Perret, Sarah; Ramm, Antonia (2023). "The taxation of labour vs. capital income: a focus on high earners". OECD Taxation Working Papers, n. 65.
- Huber, Evelyne and Stephens, John D. (2013) *Democracy and the Left. Social policy and inequality in Latin America*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Iversen T, Soskice D. (2001) "An Asset Theory of Social Policy Preferences." *American Political Science Review*: 95(4):875-893.
- Jaime-Castillo, Antonio and Sáez-Lozano (2014). "Preferences for tax schemes in OECD countries, self-interest and ideology." *International Political Science Review*, pp. 1-18.
- Kuziemko, Ilyana, et al (2015). "How elastic are preferences for redistribution? Evidence from randomized survey experiments." *American Economic Review* 105.4: 1478-1508.
- Lupu, Noam and Pontusson, Jonas (2011). The Structure of Inequality and the Politics of Redistribution. *The American Political Science Review*, 105(2): 316-36.
- Lupia, Arthur, Adam Smith Levine, Jesse O. Menning, and Gisela Sin. 2007. "Were Bush Tax Cut Supporters 'Simply Ignorant'? A Second Look at Conservatives and Liberals in 'Homer Gets a Tax Cut.'", *Perspectives on Politics*, 5 (4): 773-84.
- Mahlmeister, Rodrigo (2023). *O que quer o eleitor? Opinião pública sobre redistribuição no Brasil*. São Paulo: ANPOCS/Hucitec.
- Margalit, Yotam. (2013). "Explaining Social Policy Preferences: Evidence from the Great Recession". *American Political Science Review*, 107(01), pp. 80-103.
- Medeiros, Marcelo; Souza, Pedro Herculano Guimarães Ferreira de; Castro, Fábio Ávila de. "A estabilidade da desigualdade de renda no Brasil, 2006 a 2012: estimativa com dados do imposto de renda e pesquisas domiciliares." *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 20, n. 4, pp. 971-982, 2015. DOI: 10.1590/1413-81232015204.00362014972. Available at: <https://www.scielo.br/j/csc/a/KgSz4CP7xyVT3LJDvz8f3qf/?format=pdf&lang=pt>.
- Meltzer, Allan. H. and Scott F. Richard (1981). "A Rational Theory of the Size of Government" *Journal of Political Economy*, 89, pp. 914-27.
- Moene, Karl Ove, and Michael Wallerstein (2001). "Inequality, social insurance, and redistribution." *American political science review*, 95.4: 859-874.
- Palomo, Theo; Bhering, Davi; Scot, Thiago; Bachas, Pierre; Barcarolo, Luciana; Campos, Celso; Feinmann, Javier; Moreira, Leonardo; Zucman, Gabriel (2025). *Progressividade Tributária e Desigualdade no Brasil: Evidências a partir de Dados Administrativos Integrados*. Eufax Observatory, report no. 9.
- Scheve, Kenneth, and David Stasavage. 2016. *Taxing the Rich: A History of Fiscal Fairness in the United States and Europe*. Princeton, NJ: Princeton University Press.

Trump, K.-S. (2023). Income inequality is unrelated to perceived inequality and support for redistribution, *Social Science Quarterly*, 104(2), 180–188.

Declaração de Contribuição de autoria

	Eduardo Lazzari	Marta Arretche
Conceptualization	XXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX
Data curation	XXXXXXXXXXXXXXXXXX	
Formal analysis	XXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX
Funding acquisition		XXXXXXXXXXXXXXXXXX
Investigation	XXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX
Methodology	XXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX
Project administration	XXXXXXXXXXXXXXXXXX	
Resources		
Software	XXXXXXXXXXXXXXXXXX	
Supervision		
Validation		
Visualization	XXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX
Writing – original draft	XXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX
Writing – review & editing	XXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

Os autores declaram não ter conflito de interesse para a submissão deste manuscrito

Declaração de disponibilidade de dados da pesquisa

Todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo foi disponibilizado em link específico na seção “Comentários aos editores”.

Os dados da pesquisa poderão ser disponibilizados mediante consulta aos autores.

Declaração de Aprovação por Comitê de Ética

O survey que dá origem ao estudo foi submetido e aprovado pelo IRB Human Subjects Review da University of California, Riverside em 09 de março de 2024.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.